

Guilherme de Ockham e a perplexidade dos platônicos

Claude Panaccio

*Professor no Dep. de Filosofia da Universidade de Québec em Montréal
(UQÀM)*

Tradução: Rodrigo Guerizoli

discurso 40

“[...] non eodem modo est in rebus sicut in nominibus, nec et converso; igitur qui credit eodem modo accidere in rebus sicut in nominibus et e converso, de facili paralogizatur, sicut hoc accidit frequenter...”

Guilherme de Ockham, *Expositio super libros Elenchorum* I, cap. I

Guilherme de Ockham não menciona com frequência Platão em seus escritos. Percorrerei em seguida o que ele diz a esse respeito, ou aproximadamente, e veremos que não se trata, no total, de nada muito original. Mas existe, por outro lado, um ponto de vista segundo o qual o *Venerabilis Inceptor* é na história da filosofia medieval – e talvez mesmo a ocidental – o antiplatônico *por excelência*. Trata-se, independentemente das menções explícitas e das pretensas remissões, daquilo que concerne, evidentemente, ao velho problema dos universais. Tal será, aqui, meu tema; e o desenvolverei em dois momentos, levando a cabo de início um exame – sem grandes surpresas, devo dizer – do modo pelo qual Ockham representa o pensamento de Platão e dos platônicos, para mostrar em seguida – o que será o núcleo de meu propósito – como seu grande esforço teórico foi, no fundo, o de extirpar com o auxílio da semântica uma das pressuposições mais bem ancoradas de um certo platonismo que encontrava lugar na filosofia de sua época¹.

1. A imagem do platonismo

A maioria das ocorrências do nome *Plato* nos escritos de Ockham não concerne, de fato, de modo algum ao filósofo grego.

¹ Utilizarei para todas as referências a Ockham a edição crítica de suas obras teológicas e filosóficas preparada no Instituto Franciscano da Universidade Saint-Bonaventure (NY), sob a direção de Gedeon Gál. Ela compreende duas séries: *Opera theologica* (doravante abreviada *Op. Th.*), 10 volumes (1967-1985); e *Opera philosophica* (doravante abreviada *Op. Ph.*), 7 volumes (1974-1988). As obras mais citadas serão a *Ordinatio*, que corresponde ao comentário do primeiro livro das *Sentenças* de Pedro Lombardo (*Op. Th.*, I-IV), e a *Expositio in libros Physicorum Aristotelis* (doravante abreviada *Phys.*), o grande comentário de Ockham à *Física* de Aristóteles (*Op. Ph.*, IV-V). Todas as traduções são de minha autoria.

Com frequência, Platão e Sócrates significam para ele – como para muitos outros escolásticos – apenas personagens de exemplos: “[...] quem poderia inteligir Sócrates, Platão e suas brancuras diria logo, sem inteligir nada mais, que Sócrates é semelhante a Platão”²; eis um caso típico desse uso, e como este há dezenas de outros na obra do franciscano. “Sócrates” e “Platão” desempenham o papel de nomes próprios paradigmáticos; eles são o “Fulano” e “Sicrano” da época! E mesmo que, de fato, existam outras passagens em que o nome de Platão remete efetivamente ao autor dos diálogos, Ockham, contudo, as constrói sempre por meio de fontes indiretas (que ele às vezes revela, mas nem sempre)³, sobretudo por intermédio de Aristóteles e de Averróis⁴ e, mais raramente, Boécio⁵, Agostinho⁶ ou Sêneca⁷. Ocorre-lhe por vezes empregar o plural *Platonici*, mas porque ele se contenta então de seguir Aristóteles (na *Metafísica*, por exemplo) e nada permite crer que, assim procedendo, ele tenha mais precisamente no espírito alguns filósofos do que o próprio Platão; ele presume somente, sob a crença no testemunho de seu mentor, que deve ter existido em certo momento uma escola platônica.

De um modo geral, pois, as doutrinas que Guilherme atribui

2 “[...] qui posset intelligere Sortem et Platonem et albedines eorum, nihil aliud intelligendo, statim diceret Sortem esse similem Platoni” (*Ord.*, dist. 30, q. 1; *Op. Th.*, IV, p. 310).

3 Dos escritos de Platão apenas o *Timeu* (na versão latina incompleta de Calcídio) era certamente conhecido na Inglaterra à época de Ockham. O *Mênon* e o *Fêdon* tinham sido objeto de traduções latinas no século XII (por Aristipo de Catânia), mas eles não parecem ter sido usados no ambiente oxfordiano do início do século XIV. Sobre tudo isso, ver Klibansky 8 e Gersh 6.

4 Seria fastidioso enumerar aqui todas as passagens em que Ockham fala de Platão sob a crença do que dizem Aristóteles ou Averróis. Darei ao longo da exposição vários exemplos.

5 Cf. *Expositio in librum Porphyrii de praedicabilibus*, cap. 2, sec. 11 (*Op. Ph.*, II, p. 44), em que a ideia de que a descida lógica interrompe-se nas espécies especialíssimas (e não nos singulares) é atribuída a Platão com base, segundo toda a probabilidade, no comentário de Boécio sobre a *Isagogé* de Porfírio.

6 Cf. *Ord.*, dist. 35, q. 5 (*Op. Th.*, IV, p. 495): aí Ockham cita longamente o *De diversis quaestionibus* de Agostinho.

7 Cf. novamente *Ord.*, dist. 35, q. 5 (*Op. Th.*, IV, p. 486 e 496), em que se encontram igualmente citadas as cartas de Sêneca a Lucílio.

a Platão e aos platônicos são simplesmente aquelas que a cultura livresca de seu tempo lhes conferia. Elas se repartem em torno de dois polos: a filosofia natural e a questão dos universais.

A filosofia natural

Não nos deteremos muito sobre as primeiras. Na verdade, menciono-as apenas para completar o quadro do platonismo que se estabelece com base nos escritos de Ockham, mas não pretendo nem aprofundá-las, nem discuti-las. Elas encontram-se sobretudo no comentário da *Física* de Aristóteles, o que não é em nada surpreendente. Ockham, “expondo” nessa obra o texto do Estagirita, é levado a explicar ocasionalmente algumas passagens em que este evoca certas teses platônicas, mas ele o faz sempre de maneira sucinta, sem, no mais das vezes, acrescentar nada de interessante.

É assim, por exemplo, que se encontram atribuídas a Platão as seguintes teses:

- existem três princípios da geração dos seres materiais: o Grande e o Pequeno, que juntos constituem a matéria, e um terceiro princípio que desempenha, diz Ockham, o papel da forma aristotélica (cf. *Phys.*, I, cap. 9, sec. 2 [*Op. Ph.*, IV, p. 105]);

- o Grande e o Pequeno constituem dois infinitos em ato, separados das coisas sensíveis (cf. *Phys.*, III, cap. 7, sec. 3-5 [*Op. Ph.*, IV, p. 500-2]; cap. 13, sec. 9 [*Op. Ph.*, IV, p. 554-5]; e cap. 14, sec. 6 [*Op. Ph.*, IV, p. 571]);

- o lugar é idêntico à matéria (cf. *Phys.*, IV, cap. 3, sec. 4 [*Op. Ph.*, V, p. 21]);

- o mundo teve um começo, mas não o movimento; existiu desde toda a eternidade um movimento desordenado, ao qual Deus, em um certo momento, pôs uma ordem, o que constituiu o verdadeiro início do mundo (cf. *Phys.*, VIII, cap. 1, sec. 2 [*Op. Ph.*, V, p. 705]);

- o intelecto possui de modo inato todos os hábitos que ele pode adquirir; a aquisição de um hábito não serviria, em conse-

quência, para lhe trazer nada de novo (cf. *Summula philosophiae naturalis*, III, cap. 22 [*Op. Ph.*, VI, p. 316-7])⁸.

Essa breve lista não se pretende completa, mas ela é certamente representativa e contém provavelmente a maioria das teses de filosofia natural identificadas como platônicas na obra de Ockham. Aqui, nada de original. Nosso autor, nos três primeiros casos, segue de perto Aristóteles e não se permite mais do que meros desvios de apresentação. Quanto aos outros, é sob a crença no comentário de Averróis sobre a *Física* que elas são associadas a Platão. Essas teses, a coisa é impressionante, são todas consideradas por Ockham como falsas e como tendo sido refutadas de modo correto e válido por Aristóteles. Elas, em todo caso, não suscitam em sua obra nenhuma nova discussão. O menos forte que se poderia dizer é que elas não lhe inspiram nem um pouco!

Ocorre também de Ockham aprovar Platão e de o elogiar, mas é raro; e, quando isso ocorre, é geralmente porque ele novamente se contenta em seguir Aristóteles ou Averróis. Ele indica, por exemplo, no livro I de seu comentário à *Física*, que, aos olhos de Averróis, Platão faz parte daqueles que, em matéria de física, teria se aproximado da verdade (mas sem verdadeiramente alcançá-la) (cf. *Phys.*, I, cap. 18, sec. 1 [*Op. Ph.*, IV, p. 194]). E ele repete também – quase literalmente – o juízo de Aristóteles, segundo o qual, entre todos os predecessores, Platão seria o único a ter seriamente se esforçado em explicar a natureza do lugar (sem chegar a explicá-la, porém) (cf. *Phys.*, IV, cap. 3, sec. 4 [*Op. Ph.*, V, p. 21]). Em outras ocasiões, ainda, Ockham atribui a Platão a ideia, que ele considera correta – e que é, enfatiza ele, partilhada por Aristóteles –, de que não há ordem essencial entre os indivíduos de uma mesma espécie (todos os cavalos são igualmente cavalos,

⁸ Pode-se juntar com relação a esse inatismo forte que Ockham, em seu comentário do livro VII da *Física*, cita uma passagem do *In Physicam Aristotelis* de Egídio de Roma em que se encontram atribuídas a Platão certas ideias sobre a alma intelectual, a tese, em particular, segundo a qual a aquisição da ciência tem sempre lugar por reminiscência (*Phys.*, VII, cap. 4, sec. 10; *Op. Ph.*, V, p. 660-1).

todos os humanos igualmente humanos) (cf. *Ord.*, dist. 2, q. 6 [*Op. Th.*, II, p. 169]).

Nem tudo, portanto, é negro nesse retrato ockhamista de Platão. Mas a atitude geral é crítica. E não se encontram jamais teses que ele aceita que sejam apresentadas por Ockham como *especificamente* platônicas. Platão aparece assim como um predecessor de Aristóteles – o mais importante, sem dúvida – que frequentemente chegou mais perto da verdade do que qualquer outro antes dele e que às vezes chegou mesmo a ver as coisas corretamente, mas que, não obstante, no fim das contas, acabou por tomar um caminho incorreto sobre a maioria dos pontos importantes em filosofia. Essa imagem, por sinal, é perfeitamente tradicional na Idade Média; é aquela que transmite o próprio Aristóteles!

A questão dos universais

Mas permanece a necessidade de tratar daquilo que constitui para Ockham o componente principal do platonismo: sua posição sobre os universais. A maior parte das remissões explícitas a Platão na obra do *Venerabilis Inceptor* diz respeito a essa questão, e as passagens mais pertinentes encontram-se no âmbito da assaz longa discussão do problema dos universais a que Ockham se dedica na distinção 2 da *Ordinatio* (cf. *Ord.*, dist. 2, q. 4, a. 9 [*Op. Th.*, II, p. 99-336])⁹. Reagrupando sistematicamente as diversas alusões a Platão presentes nesse texto e em alguns outros, pode-se resumir em três teses a solução platônica do enigma dos universais tal como Guilherme a concebe:

(T₁) os universais (quer dizer, os gêneros e as espécies, como o gênero “animal” e a espécie “cavalo”) são *substâncias fora do espírito*¹⁰;

⁹ A questão 8 (p. 266-92) foi recentemente traduzida em francês por Hélène Poitevin sob o título “Sobre o universal” (*Philosophie*, 30, primavera de 1991, p. 3-28). Cf. *Ord.*, dist. 2, q. 6 (*Op. Th.*, II, p. 169).

¹⁰ Cf., por exemplo, “[...] intentionis Philosophi est arguere contra eos qui possuerunt universalia esse substantias, sicut fuerunt Platonici” (*Ord.*, dist. 2, q. 7 [*Op. Th.*, II, p. 237]).

(T₂) os universais são *separados* das coisas sensíveis¹¹;

(T₃) os universais são *causas* das coisas sensíveis¹².

Esse retrato, novamente, não oferece nada de especial. Ele corresponde à imagem corrente do platonismo nos séculos XIII e XIV. É interessante, no entanto, notar que ainda que a discussão do problema dos universais ocupe em Ockham um lugar considerável – pode-se mesmo dizer que é a questão central no conjunto de sua obra¹³ –, ele nunca polemiza abertamente contra essa doutrina T₁-T₃, que ele toma por platônica. A distinção 2 da *Ordinatio* argumenta detalhadamente contra diversas variantes do realismo dos universais, mas sempre se trata apenas daquilo que hoje em dia chamamos de *realismo moderado*, que, efetivamente, põe os universais fora da alma, mas que geralmente não os enxerga como substâncias e que, sobretudo, não os considera como separados das coisas sensíveis. Em nenhum momento dessas duzentos e cinquenta páginas Ockham assume a tarefa de criticar diretamente a posição platônica. Se lhe ocorre debater diretamente a tese T₁, isso se dá sempre no contexto global de uma crítica do realismo moderado. E a tese T₂ – que é a mais característica – não se torna jamais, em todo caso, objeto de uma discussão direta (contrariamente ao que se pode encontrar em um Tomás de Aquino, por exemplo).

Essa recusa à crítica não se apoia, evidentemente, em um simpatia qualquer que Guilherme experimentaria em relação ao

11 Cf., por exemplo, “[...] Philosophus et Commentator [...] probant quod universalia [...] non sunt substantiae separatae a sensibilibus, sicut ponit Plato” (*Ord.*, dist. 2, q. 7 [*Op. Th.*, II, p. 254]).

12 Cf., por exemplo, “[...] secundum opinionem Platonis qui posuit exemplaria et paradigmata esse causas rerum” (*Phys.*, II, cap. 5 [*Op. Ph.*, IV, p. 282]). E também: “Si ideae Platonis essent separatae a sensibilibus et causae eorum, ut posuit Plato...” (*Ord.*, dist. 3, q. 2 [*Op. Th.*, II, p. 407]). Note-se que Guilherme utiliza às vezes, como no último extrato, a expressão “*ideae Platonis*” exatamente como os filósofos de hoje em dia falam de “Ideias platônicas”, isto é, como uma expressão técnica que evoca entidades abstratas que satisfazem as três condições T₁-T₃.

13 Ver em particular sobre esse tema (para me limitar aqui aos estudos recentes): Adams 1, Alféri 2, Panaccio 11.

realismo radical que ele atribui a Platão! Se ele não experimenta a necessidade de um ataque é porque a doutrina, a seus olhos, já havia sido suficientemente refutada por Aristóteles e por Averróis sobretudo, mas também, sem dúvida, por seus predecessores medievais como Tomás de Aquino ou Duns Scotus. Ninguém mais à sua época continuava a defendê-la. E mostrar que a posição de um adversário conduz àquela de Platão chega a constituir para Ockham uma redução ao absurdo correta e válida.

Encontra-se um excelente exemplo disso na seguinte passagem, que vale a pena considerar de perto:

Em quinto lugar, argumento do seguinte modo: ou bem esse homem universal ou comum pertence à essência de Sócrates, ou bem ele não pertence. Se não pertence [...], ou bem eles formam em conjunto alguma coisa que é uma unidade por si; mas então Sócrates não é um indivíduo, mas uma parte de alguma coisa que é uma unidade em si [...]. Ou bem [ao contrário] eles não formam em conjunto uma unidade por si e um não é mais um acidente que o outro, mas então cada um deles subsistirá por si; a coisa universal, nesse caso, será uma Ideia platônica [...]; e muitas outras absurdidades se seguirão, que nenhum espírito são conseguiria aceitar [...]¹⁴.

Esse raciocínio aparece no contexto da questão 4: o universal é uma verdadeira coisa exterior (*vera res extra animam*), intrínseca e essencial às coisas a que ela é comum e, todavia, destas realmente distinta? Tal questão, percebe-se, diz respeito a uma variante do realismo dito moderado: aquela que, na esteira do platonismo, vê o universal como *realmente* distinto das coisas singulares, mas que, contra T₂, o situa *nas* próprias coisas sensíveis, e não em

14 “Quinto arguo sic: aut iste homo universalis seu communis est de essentia Sortes, aut non. Si non [...] aut faciunt aliquid per se unum; et si sic, igitur Sortes non est individuuum, sed erit pars alicuius per se unius [...]. Si faciant per se unum et unum non est accidens alterius, igitur utrumque erit per se subsistens, et ita erit idea Platonis [...] et multa alia absurda – quae nullus sanae mentis caperet – sequuntur [...]” (*Ord.*, dist. 2, q. 4 [*Op. Th.*, II, p. 117-8]).

um registro separado. Ockham apresenta contra essa posição toda uma bateria de argumentos. O que aqui examinamos assume, como é frequentemente o caso em seus textos, a forma de um dilema: ou... ou. O autor examinará mais adiante a primeira opção (o universal pertence à essência do indivíduo), mas, atacando de início a segunda opção, ele abre uma nova alternativa: se o universal é intrínseco ao indivíduo sem pertencer à sua essência, formam eles, em conjunto, uma unidade por si ou não? A hipótese negativa, diz ele, cai imediatamente no platonismo. E é evidentemente esse aspecto do argumento que aqui me interessa, pois pode-se ver aí, com todas as letras, que a exposição de um platonismo encoberto constitui uma redução ao *absurdo*, a algo que ninguém pode aceitar... a menos que seja louco! Esse juízo muito severo não implica, evidentemente, que o próprio Platão fosse mentalmente desajustado, mas que alguém que se pretendesse *ainda* platônico à época de Ockham sem sobra de dúvida o seria. A razão pela qual, em definitivo, a posição platônica não necessita ser criticada é que já se *sabe* que ela é absurda. Levar uma posição adversária àquela significa, num só golpe, refutá-la... e mesmo ridicularizá-la!

Encontra-se, aliás, uma outra passagem que, desse ponto de vista, tampouco carece de interesse, mas cuja autenticidade, infelizmente, é duvidosa, uma vez que provém do *Elementarium logicae*, cuja atribuição a Ockham, sem ser definitivamente rejeitada, é tida por incerta pelos responsáveis da edição crítica¹⁵.

É porque o universal não é nem uma parte nem a totalidade da essência dos singulares, e não é separado deles localmente – como o afirma o extravagante Platão (*phantasticus Plato*), se de fato sustentava as opiniões que Aristóteles lhe atribui; e não é tampouco unido aos singulares, como dizem alguns que são ainda mais extravagantes e mais irracionais do que foi Platão¹⁶.

15 Ver sobre esse tema as introduções a *Op. Ph.*, I (p. 62^{*}-66^{*}) e *Op. Ph.*, VII (p. 7^{*}-11^{*}).

16 “Propter quod, universale non est pars nec tota essentia singularium, nec separatum ab eis localiter – sicut ponit phantasticus Plato, si opinabatur sicut Aristoteles recitat

Além do jocoso “*phantasticus Plato*”¹⁷, essas poucas linhas apresentam outras características que valem a pena ser reveladas. Elas exprimem, de início, uma certa dúvida relativa às atribuições de Aristóteles, o que é sem dúvida estimável, mas bastante raro na Idade Média; o autor, aqui, parece sugerir que as posições em questão são tão incoerentes, que é quase inconcebível que um pensador tão reputado as tenha efetivamente defendido! Notável é igualmente a denúncia lapidar do realismo moderado, cujos partidários são qualificados de ainda mais fantasiosos e mais irracionais que o próprio Platão, o que não deixa de evocar certas severas condenações pronunciadas por Ockham em outras ocasiões a propósito daqueles mesmos filósofos¹⁸. E assinalaremos, finalmente, mas em uma outra disposição, que a tese aqui associada ao platonismo é que o universal é separado dos singulares localmente (*localiter*), isto é, no espaço, o que de modo algum corresponde ao modo habitual pelo qual Guilherme apresenta a posição platônica: para Platão, diz ele em outras ocasiões (repetindo literalmente Aristóteles, é verdade), as ideias não estão em lugar algum (*nusquam*) (*Phys.*, III, cap. 7, sec. 4 [*Op. Ph.*, IV, p. 501]).

Mas, o que quer que seja dessa intrigante passagem – que com prudência aqui evoco –, pode-se certamente concluir de um mapeamento geral dos principais textos de Ockham que o plato-

ipsum; neque coniunctum singularibus, ut dicunt quiddam magis phantastici et magis irracionales qual fuerit Plato” (*Elementarium logicae*, VII, cap. 20; *Op. Ph.*, VII, p. 214).

17 Uma das razões assinaladas pelos editores para pôr em dúvida a autenticidade do *Elementarium* é que o vocabulário aí é bastante diferente, sob certos aspectos, daquele que é usual a Ockham; e de mencionar justamente, entre outros exemplos, o caso do termo *phantasticus* e de seus derivados, que aparece várias vezes no *Elementarium*, mas não ocorre em nenhum outro lugar da obra filosófica do *Venerabilis Inceptor*.

18 É justamente a propósito de uma forma de realismo moderado que Guilherme lança uma de suas imprecizações mais perscrutantes: “Sed istam opinionem, quantum ad hoc quod ponit aliquas res extra praeter singulares existentes in eis, reputo omnino absurdam et destruens totam philosophiam Aristotelis et omnem scientiam et omnes veritatem et rationem, et quod est pessimus error in philosophia et reprobatus ad Aristotele in VII *Metaphysicae*, et quod tenentes eam sunt inhabiles ad scientiam” (*Expositio in librum Perihermeneias Aristotelis*, I, *prooemium*, sec. 8; *Op. Ph.*, II, p. 363).

nismo – tal como ele se articula nas três teses acima identificadas – não constitui para ele um adversário presente na competição. No secular torneio da filosofia, Platão é, a seus olhos, um jogador já eliminado!

2. A erradicação

Existe, todavia, um sentido em se pode dizer que o grande adversário de Ockham em matéria doutrinal permanece o *platonismo*, se não o próprio Platão. E é isso que eu gostaria de explicitar no resto deste texto. Não me refiro somente ao fato de que o platonismo seja frequentemente considerado na história da filosofia como o próprio paradigma do realismo dos universais, como sua forma mais pura¹⁹, e que o combate de Guilherme em filosofia seja justamente a luta encarniçada contra toda admissão dos universais no ser²⁰. Tudo isso é bem conhecido. E, de todo modo, um pouco simplista, já que, acabamos de verificar, nosso autor consagra finalmente apenas poucos esforços num combate direto das teses que ele estima serem as mais características da doutrina platônica. Minha ideia é, antes, a seguinte: no núcleo do realismo moderado, que é sob suas diversas formas o alvo declarado de Ockham, jaz um pressuposto bem enraizado – ou uma perplexidade, se se prefere – que o próprio Guilherme, numa passagem reveladora, associa explicitamente – e de modo justo, me parece – ao pensamento dos platônicos. Trace ele ou não essa relação, uma

19 Na filosofia analítica recente, por exemplo, quando se trata do problema dos universais, ou da existência de seres matemáticos e de entidades abstratas – e frequentemente trata-se dessas questões –, fala-se de muito mais bom grado de “platonismo” que de “realismo”.

20 Como já explicado frequentemente pelos comentadores, para Ockham há somente entidades singulares, qualidades ou substâncias. Mesmo as Ideias divinas, que com frequência a partir de Agostinho tomam na teologia medieval o dispositivo das Ideias platônicas, são audaciosamente identificadas por ele às próprias criaturas singulares. Ver sobre esse ponto: “Utrum Deus intelligat omnia alia a se per ideas eorum” (*Ord.*, dist. 35, q. 5 [*Op. Th.*, IV, p. 479-507]); e o belo estudo de Marilyn Adams 1, cap. 24, vol. II, p. 1033-63.

grande parte de seus esforços teóricos, veremos, tem por objeto precisamente extirpar esse pressuposto, dissipar esse perplexidade.

O pressuposto platônico

Eis, de início, a passagem a que me refiro:

Mas isso escapou àqueles que afirmam formas e ideias, como o fazem os platônicos, porque eles não podiam chegar a compreender como algo pode ser abstraído pelo intelecto sem ser abstraído no ser, o que, todavia, é perfeitamente possível²¹.

Estamos no livro II da *Física*. Ockham está expondo a concepção aristotélica de abstração matemática: os objetos matemáticos são abstraídos pelo intelecto, mesmo que não o sejam na realidade exterior, mas isso não é, automaticamente, uma fonte de erro, como temem os platônicos. “Não há mentira nesse tipo de abstração”, comenta Ockham na frase que imediatamente precede aquela que acabo de citar, “porque abstraindo desse modo não se afirma, no entanto, que as coisas em questão sejam separadas [...]”²². E é um tipo de bloqueio que Guilherme, indo mesmo mais longe que Aristóteles, atribui então aos platônicos: *non poterant perpendere...* Há algo que eles não são capazes de *apreciar* corretamente, de ponderar com justeza, e que os deixa perplexos: como o intelecto pode separar sem mentir aquilo que já não está separado no ser?

Ora, não se trata aqui apenas de um detalhe. Se o diagnóstico de Ockham é correto, é essa própria perplexidade que deve estar no núcleo do platonismo como posição ontológica paradigmática

21 “Sed hoc latuit ponentes formas et ideas, cuiusmodi fuerunt platonici, quia non poterant perpendere quomodo aliquid abstrahitur per intellectum nisi abstrahatur in esse, quod tamen est bene possibile” (*Phys.*, II, cap. 3, sec. 5; *Op. Ph.*, IV, p. 259).

22 “[...] nec tamen est mandacium in sic abstrahendo, et hoc quia sic abstrahentes non asserunt separari...” (*id.*, *ibid.*).

sobre o estatuto dos universais ou das entidades abstratas. Ela só pode ancorar-se, em última análise, num pressuposto fortemente enraizado, que chamarei por essa razão de “o pressuposto platônico” (PP). Inspirando-me em Ockham, o formularei do seguinte modo:

(PP) a toda abstração intelectual justificada deve corresponder uma separação no ser.

Em outros termos: toda distinção intelectual que não é enganadora deve apoiar-se sobre uma distinção ontológica que lhe seja isomórfica. A cada conceito distinto e não arbitrário deve, por consequência, corresponder uma entidade distinta. Assim, o conceito de Sócrates (se se me permite, para fins de exemplo, evocar um conceito individual) é manifestamente diferente do conceito de homem, e este do conceito de animal; e, já que estas distinções intelectuais são indubitavelmente justificadas, PP conduziria a que se afirmasse, para lhes corresponder, a existência extramental de três entidades distintas: Sócrates, o homem e o animal, donde resultaria, como quer o realismo dos universais, que o homem e o animal são entidades realmente distintas do indivíduo Sócrates.

Parece, nesse modo de apresentar o pressuposto platônico, que seu espaço privilegiado de jogo é o da reflexão sobre o saber e a ciência. A questão-chave que, independentemente de qualquer outra, permite a PP pôr em movimento uma ontologia de tipo platônico é de ordem epistemológica (ou transcendental, se se prefere): como deve ser o mundo para que nosso saber seja justificado, para que nossa ciência seja verdadeira? E é realmente desse modo, aliás, que o platonismo é apresentado em pelo menos uma outra passagem de Ockham, na qual ele explica que as únicas razões plausíveis para evocar os universais como realidades distintas e intrínsecas às coisas singulares (o que é uma variante do realismo moderado) são aquelas que o próprio Aristóteles menciona em favor da opinião de Platão (antes de o refutar): de uma parte, “salvar” a predicação essencial (ou um universal é predicado de um singular ou de outro universal sob um modo essencial, como

em “Sócrates é um homem” ou “os homens são animais”) e, de outra parte, a ciência das coisas (ou as definições das coisas)²³. E “salvar” não quer dizer aqui senão justificar.

Evidentemente, Ockham se aplicará na sequência do texto em mostrar que não há nenhuma necessidade dessa suposição de um universal distinto para justificar a predicação essencial e a ciência em geral. Voltarei a esse ponto. Mas o que no momento desejo enfatizar é que o motor do platonismo é localizado aqui por Ockham – na esteira de Aristóteles –, na promessa de fundar verdadeiramente o *saber* no ser e de *justificar* em particular a predicação essencial. Tudo ocorre como se, a seus olhos, o raciocínio platônico de base fosse o seguinte:

(P₁) certas predicacões (por exemplo, “Sócrates é um homem”) em que um universal é predicado de um singular são fundadas (isto é, nós *sabemos* que elas são verdadeiras),

(P₂) estes predicados repousam sobre uma distinção conceitual entre um universal e um particular,

(P₃) conclusão: o universal é realmente separado do singular.

Esse argumento parte de considerações epistêmicas (P₁) e de uma análise conceitual da predicação (P₂) para chegar a uma tese ontológica forte (P₃), o que só é possível, percebe-se sem dificuldade, pela intervenção de PP entre as premissas e a conclusão. Nessas grandes linhas, o movimento do pensamento seria, pois, o seguinte: nós possuímos uma ciência, isto é, um saber verdadeiro e mesmo necessário, composto, a saber, de predicacões essenciais; ora, em virtude de PP, isso implica uma distinção real entre o universal e o singular.

É claro que Ockham não é o único a suspeitar que o platonismo projeta sobre a realidade as estruturas próprias do conheci-

23 Cf. “Ideo dico aliter ad quaestionem quod nulla res realiter distincta a singularibus rebus intrinseca eis est universalis vel communis eis, quia talis res non esset ponenda nisi ad salvandam praedicationem essentialem unius de altero, vel ad salvandam scientiam de rebus, et definitionem rerum, quas rationes innuit Aristoteles pro opinione Platonis” (*Ord.*, dist. 2, q. 4 [*Op. Th.*, II, p. 122]).

mento. Mesmo se suas formulações exatas carregam claramente sua marca pessoal, ele segue nesse ponto, de novo, Aristóteles. E reencontramos em outros pensadores medievais, em Tomás de Aquino notadamente, julgamentos bastante similares²⁴. Mas, essa é minha tese, ele se mostra mais radical do que qualquer um de seus antecessores no projeto de extirpar a raiz mesma de qualquer realismo dos universais: o princípio PP, claramente identificado por ele no extrato anteriormente citado. Pois, se os escolásticos da segunda metade do século XIII já consideravam o platonismo como refutado, eles todavia o substituíam, na maioria dos casos, pelo famoso realismo moderado, que pode agora, à luz do que acabamos de explicar, aparecer como uma simples variante.

De que se trata, com efeito, no realismo moderado? Notemos de início que o realismo, mesmo moderado, aceita com o platonismo uma parte da tese T₁ (o universal existe *extra animam*)²⁵ e a tese T₃ (o universal é, de uma certa maneira, causa das coisas; causa formal, para a maioria, mas, assim mesmo, causa), que Guilherme, de sua parte, sem compaixão rejeita. Onde, pois, ele se diferencia? Evidentemente, por sua recusa à tese platônica T₂ (o universal é *separado* dos singulares). O realismo moderado assume a negação dessa tese: o universal, para ele, é intrínseco aos indivíduos. Ele não chega, contudo, a uma identificação pura e simples do universal aos singulares. É necessário, consequentemente, dizer que ao rejeitar T₂ o realismo moderado a substitui por uma outra tese, bastante aparentada:

(T₂') o universal é *distinto* dos singulares.

Esta deixa ainda lugar a variantes: para alguns, o universal é

24 Cf. "Videtur autem in hoc Plato deviasse a veritate quia, cum aestimaret cognitionem per modum alicuius similitudinis esse, credit quod forma cogniti ex necessitate sit in cognoscente eo modo quo est in cognito" (*Summa theologiae*, I, q. 84, art. 1 [resp.]).

25 O realismo moderado rejeita, todavia, a ideia, geralmente contida em T₁, de que o universal *extra animam* seja uma *substância*, mas essa oposição associa-se de fato à rejeição de T₂, visto que a característica essencial das substâncias é justamente a de serem *separadas*.

realmente distinto dos particulares em que ele se encontra; para Tomás de Aquino, ele é distinto somente *em potência*; e para Duns Scotus, ele é *formalmente* distinto. Mas, em todos esses casos, não se chega a T2' – qualquer que seja a formulação exata – senão em se continuando a aceitar um pressuposto muito próximo de PP:

(PP') a toda abstração intelectual justificada deve corresponder uma *distinção* no ser.

Não se joga finalmente senão em torno ao lugar e à modalidade da distinção ontológica. Tendo-se unanimemente considerado a *separação* platônica exagerada, tenta-se atenuá-la. Mas, desse modo, continua-se *pressupondo* que a dois conceitos distintos devem corresponder duas entidades distintas (realmente, formalmente ou potencialmente). Permanece-se, pois, *no essencial* – e sem que se perceba, evidentemente – agarrado ao pressuposto fundamental do platonismo e não se chega nunca – retomando termos próximos aos de Ockham – a compreender como algo pode ser distinguido pelo intelecto sem já ser distinto na realidade.

A estratégia ockhamista

Ockham, ao contrário, rompe totalmente com o platonismo e rejeita não somente T2 (como seus predecessores), mas também T1, T3 e T2', mostrando detalhadamente como é possível dispensar esse isomorfismo entre a ordem do conhecimento e a do real que os princípios PP e PP' requerem.

Sua argumentação nesse propósito possui sempre dois momentos: uma fase negativa e uma outra positiva. A primeira tem por objeto mostrar que o realismo moderado conduz, em todas as suas formas, a absurdidades e contradições, e não pode, conseqüentemente, ser verdadeiro. Não retomarei aqui essa discussão, frequentemente bastante desenvolvida, que outros recentemente expuseram de modo correto (Adams 1, vol. I, cap. 2, p. 13-70; Alféri 2, p. 29-65). Mas o que é importante para que se perceba o alcance do antiplatonismo de Ockham é a parte positiva de seu empreen-

dimento. Poder-se-ia, com efeito, refutar tanto quanto se quisesse as diversas variantes do realismo dos universais, mas, mesmo assim, ainda não se teria desenraizado em profundidade o platonismo se não se tivesse silenciado essa perplexidade que o estimula e que aqui expomos pela identificação do pressuposto PP e de seu vizinho PP'. Enquanto não se tiver mostrado como explicar uma abstração intelectual que não seja enganadora sem paralelamente supor uma abstração correspondente no ser, o platonismo permanece como a hidra, e novas cabeças lhe crescerão sem cessar à medida que lhe cortamos as antigas. Mesmo as grandes figuras metafísicas de Tomás de Aquino, João Duns Scotus ou de Guálter Burleigh nutriam-se dessa mesma perplexidade. A verdadeira erradicação histórica do platonismo em ontologia requer que se vá ao núcleo de seu axioma mais fundamental. E é precisamente porque, pela primeira vez na história do pensamento, ele fornece os meios para fazê-lo, que Guilherme de Ockham pode ser visto, da maneira que proponho, como o antiplatônico por excelência.

Falando noutros termos. A perspectiva cujas grandes linhas acabamos de recordar não tem por meta *refutar* o realismo dos universais; isso não consiste senão naquilo que chamei de fase negativa da argumentação. Mas, admitindo-se, por hipótese, que a crítica do realismo tenha atingido seu alvo e que por todos os meios lhe retiramos a plausibilidade, o que resta a ser feito permanece ainda colossal: trata-se de mostrar como é *possível* que o intelecto trace, sem se enganar, distinções conceituais às quais não corresponde *termo a termo* nenhuma distinção fora do espírito.

Em face dessa tarefa, a chave da estratégia ockhamiana reside na adoção resoluta de uma perspectiva *semântica*. Se o universal não está nas coisas, ele está no pensamento. E este aparece a Guilherme como um tipo de discurso (*oratio mentalis*) cujos componentes elementares – os conceitos – são *signos*²⁶. Quando dois sig-

26 Sobre a teoria ockhamista da linguagem mental, ver, entre outros: Calvin Normore 10, p. 53-70; e C. Panaccio 11, cap. 2, p. 69-164. A importância histórica da ideia de que

nos distintos encontram-se numa dada linguagem, isso não quer automaticamente dizer que a estes devem corresponder, para que a distinção seja justificada, dois – e somente dois – referentes distintos. A uma distinção de ordem semântica não deve sempre corresponder uma distinção rigorosamente paralela na ordem ontológica. Este é mesmo um dos temas maiores do ockhamismo. E é também aí que se encontra sua verdadeira originalidade: ele mina o platonismo em sua base por meio da construção detalhada de uma semântica dos conceitos, cujas principais noções são tomadas daquela teoria das *proprietas terminorum* que se elaborava no Ocidente desde o século XII em relação à linguagem oral²⁷. Operada de modo sistemático, essa transposição doutrinária, verdadeiramente genial, permitia compreender que conceitos distintos podiam em certos casos enviar às mesmas entidades singulares sem que, contudo, com isso eles se tornassem idênticos ou equivalentes um ao outro. O saber, considerado como discurso, podia então encontrar um fundamento sem que se tivesse a necessidade de qualquer isomorfismo entre a ordem dos conceitos-signos e aquela das coisas exteriores.

A semântica ockhamista oferece, nesse contexto, três possibilidades, que dizem respeito, respectivamente, à *significação*, à *conotação* e àquilo que chamarei aqui de *pseudonomação*. A *significação*, primeiramente, que era desde há muito considerada a propriedade primeira de todo signo, não é mais em Ockham uma relação entre uma palavra oral e um conceito, nem, evidentemente, entre uma palavra ou um conceito e uma coisa universal *extra animam*, mas, a partir desse momento, ela unirá prioritariamente o conceito-signo às coisas singulares exteriores às quais ele se aplica, aquelas mesmas que normalmente se tornarão, quan-

os conceitos são signos foi, com efeito, posta competentemente em evidência em Joël Biard 3.

²⁷ Cf. especialmente Lambert Marie de Rijk 12, e, para uma apresentação breve e clara de algumas das principais noções em jogo, Paul Vincent Spade 14, p. 188-96.

do o conceito passa a se inscrever no âmbito de uma proposição mental, seus referentes (*significata*). Os significados de “cavalo”, pois, são os cavalos singulares, e aqueles de “animal”, os animais singulares. Ockham renuncia desse modo ao princípio semântico encoberto que alimenta a perplexidade dos platônicos de todas as épocas: aquele que Rudolf Carnap chamará “o princípio da univocidade”, segundo o qual todo signo unívoco, mesmo os gerais, deve possuir somente um significado (Carnap 5, p. 98). Esta transformação da significação dos conceitos gerais em uma *referência plural*²⁸, em um envio semiótico simultâneo a vários indivíduos ao mesmo tempo, autoriza, de imediato, que os significados de dois signos distintos não sejam totalmente idênticos uns aos outros, *sem serem tampouco totalmente desconexos*. Em virtude do princípio da univocidade, dois signos não equivalentes devem sempre possuir cada um seu significado próprio. Mas, uma vez que a significação é instituída como uma relação universal, em vez de como uma relação um-um, nada mais impede que algumas coisas sejam significadas ao mesmo tempo por dois signos não equivalentes: todos os significados do conceito “cavalo” são também significados, segundo essa análise, pelo conceito “animal”, mas os dois signos não são por causa disso redutíveis um ao outro, pela simples razão de que alguns outros significados de “animal” não são eles mesmos significados pelo conceito de “cavalo”. É justamente assim que a predicação essencial é “salva”: uma proposição como “todos os cavalos são (essencialmente) animais” requer simplesmente que cada um dos referentes do conceito de “cavalo” seja (essencialmente) idêntico a um dos referentes do conceito de “animal”; e isso, para Ockham, é claramente verdadeiro (cf. *Ord.*, dist. 2, q. 4 [*Op. Th.*, II, p. 122-3])²⁹.

28 A expressão “referência plural” é de Max Black 4, p. 614-36. Fala-se igualmente, às vezes no mesmo sentido – ou em um sentido próximo –, de “denotação múltipla” (ver R. M. Martin 9).

29 Essa explicação sumária da predicação essencial deixa, é certo, em aberto a questão-chave que o realista poderia então levantar: como um mesmo signo pode significar estes

A segunda possibilidade é ainda mais radical, já que ela permite a dois signos possuir exatamente, em seu uso normal, os *mesmos* referentes (ou *supposita*) sem, contudo, serem semanticamente equivalentes. Dois signos, com efeito, podem, segundo Ockham, diferir por meio de suas *conotações* (quando eles as possuem), e não por meio de suas significações no sentido estrito. Um termo conotativo, nesse vocabulário, é um signo que, para além dos indivíduos que ele significa e pelos quais ele normalmente “supõe” em contexto proposicional, evoca ao espírito alguns outros indivíduos do universo (*Summa logicae*, I, cap. 10 [*Op. Ph.*, I, p. 35-8]; Panaccio 11, p. 30-5 e p. 240-7). Tomemos, a título de exemplo, o caso do termo “cavaleiro”. Seus significados são os indivíduos do mundo aos quais ele se aplica, aqueles dos quais é verdadeiro dizer “este aqui é um cavaleiro”, em suma, aos próprios cavaleiros, que são também, em um contexto proposicional normal, os seus *supposita*. Mas o termo evoca também, por meio daquilo que se poderia chamar de seu conteúdo semântico, outros indivíduos, pelos quais ele, todavia, não supõe: os cavalos. É essa segunda relação que Guilherme chama de conotação. Ela tampouco implica, é necessário notar, um universal *in re* ou uma entidade abstrata, pois os *connotata*, como os *supposita*, são sempre apenas entidades singulares, os cavalos individuais no exemplo escolhido. Agora, para que dois termos sejam rigorosamente sinônimos, eles devem não apenas significar, mas igualmente conotar da mesma maneira os mesmos indivíduos. Dois signos, conseqüentemente, poderiam possuir exatamente os mesmos significados e os mesmos referentes sem por causa disso deverem ser equivalentes no

indivíduos e não, antes, *aqueles outros*? Como a unidade do signo pode assim se desmembrar numa pluralidade referencial que não seja, todavia, arbitrária? Essa questão é crucial, é verdade, e eu a tratei noutra ocasião em detalhes (*id.*, *ibid.*, p. 247-67). Não pretendo mostrar aqui como, para Ockham, dois signos podem não ser equivalentes sem que seus significados não sejam eles mesmos perfeitamente distintos, e não tenho por isso necessidade de explicar em que se apoia, em última análise, a *unidade* de cada signo.

plano semântico. É certamente assim que Guilherme trataria o célebre exemplo proposto por Quine do par inglês “*renate*” e “*cordate*”. Admitamos para fins de discussão que todos os animais que possuem um rim possuem também um coração; “*renate*” e “*cordate*” são então coextensivos, eles possuem os mesmo referentes. Mas, para Ockham, eles não seriam somente por isso sinônimos: “*renate*” conota, ele diria, os rins e “*cordate*” os corações, o que é suficiente para que se demarque um com relação ao outro.

Guilherme, em todo caso, recorre frequentemente a essa noção de conotação para bloquear, em todos os sentidos, a tentação de um realismo ontológico. A divisão das dez categorias aristotélicas, em particular, é interpretada por ele como uma classificação de signos, e não de coisas, e é sobretudo ao jogo da conotação que ele dá a tarefa de explicar que essa pluralidade de categorias semióticas também excede, e em muito, as verdadeiras categorias ontológicas, limitadas à substância e à qualidade³⁰. Tal é, notadamente, a chave de sua epistemologia e da física (Goddu 7). E, se a riqueza da conceptualidade teológica é compatível com a unidade e a simplicidade radical de seu objeto primeiro, Deus, isso ocorre, igualmente, porque ela é essencialmente composta de conceitos conotativos: “[...] de uma única e mesma coisa”, escreve Ockham a esse respeito, “pode-se ter vários conceitos denominativos simples, em virtude da diversidade de coisas que são conotadas”³¹. A diversificação de *modos* semântica põe-se, assim, no nominalismo de Ockham – e do mesmo modo, um pouco mais tarde, no de João Buridan – diretamente a serviço da economia ontológica³².

30 A interpretação ockhamista das categorias é desenvolvida na *Expositio in librum Praedicamentorum Aristotelis* (*Op. Ph.*, II, p. 133-339) e na *Summa logicae*, I, cap. 40-62 (*Op. Ph.*, I, p. 111-93).

31 “[...] eiusdem rei possunt esse plures conceptus simplices denominativi, et hoc propter diversitatem connotatorum...” (*Ord.*, dist. 3, q. 3; *Op. Th.*, II, p. 425). Ver também sobre o mesmo tema a questão 2 do Prólogo da *Ordinatio* (*Op. Th.*, I, p. 75-129, em particular, p. 115 e ss.).

32 Lambert Marie de Rijk (13, p. 35-59) insiste também sobre a importância para o

A terceira possibilidade, por fim, ocupa nos textos de Ockham um lugar bem menor e, por isso, foi bem menos enfatizada pelos comentadores³³. Mas ela não é menos digna de menção no presente contexto. Guilherme precisa, com efeito, que eventualmente certas unidades linguísticas que aparecem como substantivos no discurso oral ou escrito não devem, em última análise, ser consideradas como verdadeiros nomes. O principal desenvolvimento desse tema encontra-se em seu *De quantitate*, em que ele explica que termos matemáticos como “ponto”, “linha” ou “superfície” são, de fato, pseudonomes aos quais não corresponde nenhum conceito simples suscetível de ser o sujeito ou o predicado de uma proposição mental bem formada (cf., sobretudo, *De quantitate*, q. 1 [*Op. Th.*, X, p. 5-45, em particular, p. 21-6]). As palavras desse tipo são abreviações convencionais de expressões mentais complexas nas quais figuram de modo crucial advérbios, conjunções ou preposições, isto é, sincategoremas, que, de um ponto de vista semântico, não nomeiam nada. Se o uso de tais abreviações orais é frequentemente útil, é necessário vê-las, contudo, apenas como modos de falar (*figurativa locutio*): a cada frase onde elas aparecem deve corresponder no espírito uma proposição mental cuja estrutura sintática é totalmente diferente, e a análise lógica dessas expressões só pode ser feita com referência aos contextos proposicionais em que elas aparecem e em função das intenções particulares dos falantes. “Ponto”, por exemplo, pode em geral significar algo como “uma linha que não é prolongada” (em que figuram de modo essencial um pronome relativo e uma negação), mas a análise exata deve proceder caso a caso e, de preferência, levar em consideração a frase completa e não apenas o termo tomado

nominalista parisiense João Buridan, em sua luta própria contra o platonismo, da ideia de que nosso espírito pode pensar as mesmas realidades sob diferentes conceitos. De Rijk, infelizmente, opõe erradamente Buridan a Ockham sobre esse ponto. A noção de “apelação”, cujo papel crucial em Buridan ele bem o demonstra, é, nesse aspecto, de fato muito próxima da ideia ockhamista de conotação.

33 Uma exceção nesse contexto é o artigo de Eleonore Stump 15, p. 207-30.

isoladamente. A proposição mental subjacente não revelará, em todo caso, nenhum envio – nem por significação nem por conotação – a entidades geométricas especiais como o ponto ou a linha.

Em resposta, portanto, à perplexidade dos platônicos expressa pelo princípio PP (ou sua variante PP'), Guilherme de Ockham põe em relevo diversos mecanismos propriamente semânticos que permitem, cada um à sua maneira, compreender como é possível haver dois signos equivalente aos quais, porém, não correspondem duas – e somente duas – entidades reais distintas. Os dois signos podem, inicialmente, possuir certos significados em comum, mas não todos; eles diferem então semanticamente um do outro, ainda que algumas coisas sejam igualmente significadas por cada um deles. Essa primeira possibilidade sustenta-se no fato de que a significação em Ockham não é senão uma referência plural. Em segundo lugar, os dois signos podem diferir por duas conotações, mesmo no caso extremo em que eles fossem perfeitamente coextensivos um com respeito ao outro. E, finalmente, um dos dois signos pode revelar-se apenas uma abreviação de uma expressão complexa que inclui, em última análise, certos termos sincategoremáticos. Estes não acrescentam nada aos seres exteriores que são evocados pelo signo – visto que eles não possuem por si mesmos qualquer significação –, mas, não obstante, afetam as modalidades pelas quais a expressão complexa em questão envia a tais ou tais seres no mundo e, conseqüentemente, as condições de verdade das frases em que ocorrem. Os dois primeiros mecanismos, segundo Ockham, atuam diretamente no próprio pensamento, que ele trata como uma linguagem, e, se o terceiro desempenha um papel apenas no nível das línguas de comunicação, ele repousa, todavia, sobre distinções semânticas pertinentes que o jogo dos sincategoremas pode introduzir no âmbito mesmo do pensamento. Tudo isso mostra, no fim das contas, como a ordem das distinções conceituais pode perfeitamente, no próprio pensamento científico, não reproduzir a das demarcações ontológicas sem, com isso, recair no erro. O pressuposto fundamental que

alimenta o platonismo como Ockham o representa se vê assim desenraizado.

Bibliografia

1. ADAMS, M. *William Ockham*. Notre Dame (IN): University of Notre Dame Press, 1987.
2. ALFÉRI, P. *Guillaume d'Ockham. Le singulier*. Paris: Minuit, 1989.
3. BIARD, J. *Logique et théorie du signe au XIV^e siècle*. Paris: Vrin, 1989.
4. BLACK, M. "The Elusiveness of Sets". In: *Review of Metaphysics*, 24, 1971.
5. CARNAP, R. *Meaning and Necessity*. 2^a ed. Chicago (IL): University of Chicago Press, 1956.
6. GERSH, S. *Middle Platonism and Neoplatonism. The Latin Tradition*, 2 vols. Notre Dame (IN): University of Notre Dame Press, 1986.
7. GODDU, A. *The Physics of William of Ockham*. Leiden (Hol): Brill, 1984.
8. KLIBANSKY, R. *The Continuity of the Platonic Tradition during the Middle Ages*. Ed. revista. Millwood (NY): Kraus International Publications, 1982 [1^a ed. em 1939].
9. MARTIN, R. M. *Truth and Denotation*. Chicago (IL): University of Chicago Press, 1958.
10. NORMORE, C. "Ockham on Mental Language". In: SMITH, J. C. (ed.). *Historical Foundations of Cognitive Science*. Dordrecht (Hol): Kluwer, 1990.
11. PANACCIO, C. *Les mots, les concepts et les choses. La sémantique de Guillaume d'Occam et le nominalisme d'aujourd'hui*.

- Montréal (Can)/Paris: Bellarmin/Vrin, 1992.
12. RIJK, L. M. de. *Logica Modernorum*. 3 vols. Assen (Hol): Van Gorcum, 1962-7.
 13. _____. “Buridan on Universals”. In: *Revue de Métaphysique et de Morale*, 97, nº 1, janeiro-março de 1992.
 14. SPADE, P. V. “The Semantics of Terms”. In: KRETZMANN, N. et al. (eds.). *The Cambridge History of Later Medieval Philosophy*. Cambridge (GB): Cambridge University Press, 1982.
 15. STUMP, E. “Theology and Physics in *De sacramento altaris*: Ockham’s Theory of Indivisibles”. In: KRETZMANN, N. (ed.). *Infinity and Continuity in Ancient and Medieval Thought*. Ithaca (NY): Cornell University Press, 1982.